

POLÍTICAS CULTURAIS EM ASSENTAMENTOS RURAIS: a experiência do *Ponto de Cultura Raízes da Terra* do Assentamento Tiracanga, Canindé, Ceará

Bruna Delfino Cabral¹

Resumo

A criação da Lei 12.343, que institui o Plano Nacional de Cultura (PNC) e o estabelecimento da Política Nacional de Cultura Viva, referente à Lei nº 13.018/2014, proporcionou indiscutivelmente um avanço no desenvolvimento de Políticas Culturais. Essas políticas possibilitam a inclusão social, fortalecendo a Cultura como expressão de valores e de sentimentos e potencializando iniciativas culturais existentes. Neste trabalho, buscou-se analisar a implementação de Políticas Culturais em Assentamentos Rurais, tomando, como exemplo, o estudo de caso do *Ponto de Cultura Raízes da Terra*, localizado no Assentamento Tiracanga, no município de Canindé, estado do Ceará.

Palavras-chave: Cultura, Ponto de Cultura, Assentamento Tiracanga.

Introdução

As políticas culturais, tais como os Pontos de Cultura implementados em assentamentos rurais, possibilitam a inclusão social, fortalecendo a Cultura como expressão de valores e de sentimentos potencializando iniciativas culturais existentes. Essas políticas podem contribuir significativamente para a constituição da territorialidade desses assentamentos rurais, fortalecendo a identidade da Cultura Camponesa.

Partindo desse pressuposto, buscou-se analisar a implementação de políticas culturais em assentamentos rurais, tomando, como exemplo, o estudo de caso do *Ponto de Cultura Raízes da Terra*, localizado no Assentamento Tiracanga, em Canindé, no estado do Ceará. É importante destacar que este artigo integra a pesquisa de doutorado intitulada “*Cultura(s) nos Sertões: impacto de políticas culturais em assentamentos rurais*”, ainda em fase de desenvolvimento no Curso de Doutorado em Geografia da Universidade Federal do Ceará.

Situado no sertão do Ceará, o município de Canindé abrange uma área de 3.218,42 km², conta com uma população absoluta de 74.473 habitantes e apresenta uma densidade demográfica média de 23,14 hab/km². Do total de habitantes, 62,94 % residem na zona urbana e 37,06% residem na zona rural (IBGE, 2010). O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

¹ Universidade Federal do Ceará (Doutoranda da Pós-Graduação em Geografia; Bolsista da CAPES) brunadelfinocv@gmail.com

do município, 0,612, ocupa a 94ª posição no *ranking* nacional. Aproximadamente 22.759 habitantes, ou seja, 30,56% da população vivem em situação de extrema pobreza, dos quais 46,79% moram na zona rural (IPECE, 2014).

Desde a década de 1970, Canindé se destaca em relação à questão agrária. O município foi palco de vários conflitos de terra, como o da Fazenda Japuaara, justificados pela desigualdade social e econômica que reflete na distribuição injusta da terra, em seu acesso restrito, na subutilização de lotes e na ocupação ilegal. É também o município do Brasil com o maior número de assentamentos rurais, totalizando 62 (estaduais e federais²).

Outra marca de Canindé é a expressividade dos movimentos religiosos. Nesse município, é realizada uma das maiores romarias do Brasil em homenagem a São Francisco de Assis. Cerca de 2,5 milhões de romeiros visitam Canindé para homenagear o santo, movimentando consideravelmente o turismo religioso.

No intuito de alcançar os objetivos desta pesquisa, a metodologia foi dividida em cinco fases. Na primeira fase, foi realizada uma revisão da literatura sobre Cultura, políticas culturais e assentamentos rurais. Na segunda fase, foram coletados dados no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), na Secretaria de Cultura do Estado do Ceará (Secult), no Ministério da Cultura (MinC), na Comissão Pastoral da Terra (CPT), na Organização Não Governamental Centro de Apoio ao Desenvolvimento do Semiárido (Cactus) e nos arquivos do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Na terceira fase, realizou-se o trabalho de campo no Assentamento Tiracanga, momento em que foram realizadas as entrevistas, o registro fotográfico, a coleta de informações e o mapeamento. Na quarta fase, as entrevistas foram transcritas, e os dados e as informações, sistematizados. Por último, o texto final foi elaborado. Cabe ressaltar que este estudo se trata de uma pesquisa qualitativa em que a interpretação dos dados baseou-se numa perspectiva crítica dialética, reconhecendo os fenômenos na sua relação com a totalidade.

Cultura Camponesa: uma breve reflexão sobre Cultura

2 Os assentamentos contabilizados são os Assentamentos do Governo Estadual (Idace), os Assentamentos Federais (Incra), os Assentamentos do Projeto Cédula da Terra e os Assentamentos do Programa Proterra (SILVA, 2010).

O conceito de Cultura é complexo. Ele é estudado por diversas áreas das ciências sociais, possibilitando várias interpretações e perspectivas. Laraia (1986) assinala que, possivelmente, a discussão sobre o conceito de Cultura não se finda, pois sua compreensão exata significa a compreensão da própria natureza humana.

Laraia (1986), no livro *Cultura: um conceito antropológico*, discorre, dentre outras questões, sobre o desenvolvimento do conceito de Cultura a partir das manifestações iluministas até os autores modernos. Segundo o autor, Edward Tylor (1832-1917) teria definido o conceito de Cultura tal como é utilizado atualmente: “todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade” (LARAIA, 1986, p. 25). Evidenciou-se, assim, que o ser humano é o único ser possuidor de Cultura.

De acordo com Geertz (1989), não existe Cultura universal, uma única Cultura. Para o autor, “o homem é um animal amarrado a teias de significado que ele mesmo teceu” (GEERTZ, 1989, p. 4). Dessa forma, a Cultura são teias e suas análises, ou seja, é uma ciência interpretativa em busca de significado. Numa perspectiva antropológica, entende-se que a Cultura é feita pelo e para o homem, isto é, é interpretada e descrita por ele e pode ter várias interpretações.

Claval (2001), na obra *A Geografia Cultural*, considera alguns aspectos relevantes ao abordar a Cultura. Primeiramente, é preciso compreender que a Cultura é a mediação entre os homens e a natureza, ou seja, a Cultura é constituída pelo conjunto de artefatos, pelo *know-how* e pelos conhecimentos por meio dos quais os seres humanos mediatizam suas relações com o meio natural. Em segundo lugar, a Cultura é uma herança, transmitida de geração a geração, o que não significa que seja imutável. Em terceiro lugar, a Cultura é uma construção e permite aos indivíduos e aos grupos se projetarem no futuro, portanto cada um se projeta no futuro e trabalha para criar um contexto melhor do que aquele do presente. Em quarto lugar, a Cultura é, em sua maior parte, realizada por meio de palavras, articulada no discurso e realizada na representação, a qual é constituída de realidade e de signos inventados para descrevê-la, para dominá-la e para verbalizá-la, ou seja, é impregnada da dimensão simbólica. Por último, a Cultura é um dos fatores essenciais da diferenciação das situações sociais e do *status* que é reconhecido de cada um.

Para a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura –

Unesco³, a Cultura pode “ser considerada como o conjunto de traços distintivos, espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou grupo social” (UNESCO, 1982, p. 39). A Cultura engloba as artes, as letras, os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, os sistemas de valores, as tradições e as crenças (UNESCO, 1982).

Como se pode perceber, muitas são as formas de definir Cultura. Para esta pesquisa, adotou-se a definição de Burke (1989, p. 25), que afirma que a Cultura é “um sistema de significados, atitudes e valores partilhados e as formas simbólicas (apresentações, objetos artesanais) em que eles são expressos ou encarnados”. Dessa forma, entende-se que a Cultura é uma produção humana, de cunho material e imaterial, utilizada para se comunicar, se expressar e se identificar – “faz parte de todo um modo de vida, mas não é idêntica a ele” (BURKE, 1989, p. 29).

Nesse contexto, a Cultura de que trata esta pesquisa, a Cultura Camponesa, se constitui a partir de uma variedade de sujeitos sociais históricos forjados culturalmente numa íntima relação com a família, com a comunidade e com a natureza, delimitando territorialidades com as transformações necessárias à sua reprodução material e espiritual e gerando expressões singulares (TARDIN, 2012).

Woortmann (1990) revela que a moral campesina é composta por um conjunto de valores determinados pela Terra, pelo Trabalho, pela Família e pela Liberdade. A Terra é apreendida como patrimônio do qual se retira o produto do trabalho, assegurando o alimento da família e das gerações futuras. O Trabalho se funda na conexão da força (de trabalho) familiar, garantindo sustento de todos familiares; é compreendido como uma unidade de produção que dá base para uma organicidade social camponesa, elemento estruturante e socializador de seus integrantes. A Liberdade é atribuída ao episódio de não se sujeitar ao outro (patrão).

Os povos do campo no Brasil são diversos. Dentre os camponeses, encontram-se agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados, quilombolas, caiçaras, povos da floresta e caboclos, cada um com suas especificidades nas dimensões social, econômica, ambiental, política e cultural. No caso desta pesquisa, o estudo volta-se para o assentado.

³ No dia 16 de novembro de 1945, trinta e sete países assinaram a carta que estabeleceu a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - Unesco. Esta entrou em vigor em novembro de 1946, depois de sua ratificação por 20 Estados-Membros (UNESCO, 2002).

Políticas Culturais no Brasil: os Pontos de Cultura

Como forma de fortalecer a Cultura Camponesa, os assentados têm se organizado e buscado parcerias para acessar as políticas culturais. Essas políticas motivam, incentivam e dão suporte (humano e material) para a realização de atividades culturais e artísticas, como realização de quadrilhas, produção de figurinos e organização de danças e de peças teatrais.

Segundo a Constituição Federal de 1988, o “Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”. Portanto, é dever do Estado garantir o direito à Cultura, bem como sua preservação e sua difusão. Para cumprir esse dever, o Estado desenvolve as políticas públicas culturais que se organizam em programas.

Em 1985, por meio do Decreto 91.144, foi criado o Ministério da Cultura, que, em 1990, por meio da Lei 8.028, foi transformado em Secretaria da Cultura, vinculada à Presidência da República, situação que foi revertida em novembro de 1992 pela Lei 8.490. Em 1999, ocorreu a ampliação de seus recursos e a reorganização de sua estrutura, promovida pela Medida Provisória 813, de 1º de janeiro de 1995, a qual foi transformada na Lei 9.649, de 27 de maio de 1998. Em 2003, a Presidência da República aprovou a reestruturação do Ministério da Cultura, por meio do Decreto 4.805⁴. No ano de 2016, novamente o governo transformou o Ministério em Secretaria de Cultura, com a justificativa de reduzir custos; tal secretaria seria atrelada ao Ministério da Educação, entretanto, devido à pressão, principalmente da comunidade de artistas, o presidente Michel Temer recuou da decisão, permanecendo, assim, a pasta de Cultura como Ministério.

Em 1986, foi criada a primeira lei brasileira de incentivos fiscais para financiar a Cultura – a Lei Sarney. Em vez de financiamento direto, o próprio Estado propunha que os recursos fossem buscados pretensamente no mercado. Contudo, o dinheiro, em sua maior parte, era público, decorrente do mecanismo de renúncia fiscal (RUBIM, 2007).

Em 1991⁵, foi criada a Lei 8.313 de Incentivo à Cultura, também conhecida como Lei Rouanet, e o Fundo de Investimento Cultural e Artístico (Ficart), praticamente, um

⁴ Essas informações foram acessadas no site do Ministério da Cultura, disponível em: <http://www.cultura.gov.br/historico>.

⁵ A década de 1990, época em que foram formuladas as leis de incentivo, foi marcada por um período em que o neoliberalismo estava se expandindo no país, que, dentre outros elementos, tinha como foco a privatização (SANTOS, 2011).

aprimoramento da Lei Sarney. Dessa forma, começaram a ser injetados, lentamente, novos recursos financeiros no setor por meio do mecanismo de renúncia fiscal (CALEBRE, 2007).

Em 2005, foi aprovada a Emenda Constitucional nº 48, que acrescenta o §3º ao artigo 215 da Constituição Federal, instituindo o Plano Nacional de Cultura⁶ (PNC). Essa emenda estabelece que o plano vise ao desenvolvimento cultural do país e à integração das ações do poder público, devendo ser de duração plurianual (BRASIL, 2005).

O PNC foi aprovado, mas tornou-se lei somente em dezembro de 2010 (Lei 12.343). O objetivo principal dessa lei é planejar e implementar políticas públicas de longo prazo (até 2020) direcionadas à proteção e à promoção da diversidade cultural brasileira. Esse Plano também prevê revisões periódicas, para que suas diretrizes e metas possam ser aperfeiçoadas, e ressalta a necessidade de se fortalecerem os processos de gestão e de participação social (BRASIL, 2010).

No PNC, a Cultura é entendida como fenômeno social e humano de múltiplos sentidos, portanto deverá ser considerada toda a sua extensão antropológica, social, produtiva, econômica, simbólica e estética. Esse Plano baseia-se em três dimensões: a Cultura como expressão simbólica, a Cultura como direito de cidadania e a Cultura como potencial para o desenvolvimento econômico (BRASIL, 2010).

Uma das implicações do PNC foi a transformação de uma ação estruturante⁷ – os Pontos de Cultura – na Política Nacional de Cultura Viva⁸, com a sanção da Lei nº 13.018 em julho de 2014. A Política Nacional de Cultura Viva tem, como objetivo,

I - garantir o pleno exercício dos direitos culturais aos cidadãos brasileiros, dispondo-lhes os meios e insumos necessários para produzir, registrar, gerir e difundir iniciativas culturais;

II - estimular o protagonismo social na elaboração e na gestão das políticas públicas da cultura;

⁶ Destaca-se que, no período de 2003 a 2010, as políticas públicas culturais passaram por transformações radicais, desde o plano conceitual até a relação entre Estado e sociedade. Nesse período, o Ministério da Cultura teve, como ministros, Gilberto Gil e Jucá Ferreira.

⁷ O Programa Arte, Cultura e Cidadania (o Programa Cultura Viva), concebido e implementado em 2004 pelo Ministério da Cultura, envolvia um conjunto de ações distribuídas em cinco eixos e desenvolvidas com diferentes graus de consolidação enquanto ações públicas: Pontos de Cultura, Cultura Digital, Agentes Cultura, Viva, Grêmios, e Escola Viva (TURINO, 2009). O Programa foi criado com o objetivo de promover a produção, a pesquisa, o registro e a difusão das expressões culturais dos grupos e das entidades responsáveis pelos modos de ser, de pensar e de fazer cultural no país, e tem como base a parceria da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com a sociedade civil, no campo da cultura (BRASIL, 2013).

⁸ Para verificar as principais mudanças do Programa Cultura Viva ao se tornar Política Nacional de Cultura Viva, verificar Instrução Normativa (IN) nº 01, de 07 de abril de 2014, publicada no Diário Oficial da União (D.O.U.) em 08 de abril de 2014.

- III - promover uma gestão pública compartilhada e participativa, amparada em mecanismos democráticos de diálogo com a sociedade civil;
- IV - consolidar os princípios da participação social nas políticas culturais;
- V - garantir o respeito à cultura como direito de cidadania e à diversidade cultural como expressão simbólica e como atividade econômica;
- VI - estimular iniciativas culturais já existentes, por meio de apoio e fomento da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- VII - promover o acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural;
- VIII - potencializar iniciativas culturais, visando à construção de novos valores de cooperação e solidariedade, e ampliar instrumentos de educação com educação;
- IX - estimular a exploração, o uso e a apropriação dos códigos, linguagens artísticas e espaços públicos e privados disponibilizados para a ação cultural (BRASIL, 2014).

A Política Nacional de Cultura Viva tem como instrumentos os Pontos de Cultura, os Pontões de Cultura e o Cadastro Nacional de Pontos e de Pontões de Cultura. Os Pontos de Cultura são “entidades jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, grupos ou coletivos sem constituição jurídica, de natureza ou finalidade cultural, que desenvolvam e articulem atividades culturais em suas comunidades” (BRASIL, 2014).

Já os Pontões de Cultura são

entidades com constituição jurídica, de natureza/finalidade cultural e/ou educativa, que desenvolvam, acompanhem e articulem atividades culturais, em parceria com as redes regionais, identitárias e temáticas de pontos de cultura e outras redes temáticas, que se destinam à mobilização, à troca de experiências, ao desenvolvimento de ações conjuntas com governos locais e à articulação entre os diferentes pontos de cultura que poderão se agrupar em nível estadual e/ou regional ou por áreas temáticas de interesse comum, visando à capacitação, ao mapeamento e a ações conjuntas (BRASIL, 2014).

Por sua vez, o Cadastro Nacional de Pontos e de Pontões de Cultura é composto pela integração dos grupos coletivos e de pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos que desenvolvem ações culturais e que possuem certificação simplificada concedida pelo Ministério da Cultura (BRASIL, 2014).

Para Turino (2009, p. 64), Pontos de Cultura “são organizações culturais da sociedade que ganham força institucional ao estabelecer uma parceria, um pacto, com o Estado”. De acordo com o autor, os Pontos de Cultura não devem ser para as pessoas, e sim das pessoas, ou seja, os Pontos são o reconhecimento de grupos e/ou de entidades que já desenvolvem atividades culturais, empoderados pelo que são e pelo que fazem. Assim, a cultura, nessa política, deve ser entendida *a priori* como processo, e não como produto, até porque os “pontos” já desenvolvem atividades antes e continuam a desenvolver após a política e o investimento.

Na opinião do ex-coordenador dos Pontos de Cultura da Secretaria de Cultura do estado do Ceará, o diferencial dos Pontos de Cultura é o “empoderamento dos agentes culturais e a potência das manifestações culturais nas comunidades envolvidas, bem como a descentralização dos recursos públicos”⁹.

Santos (2011), ao realizar uma comparação entre as leis de incentivo¹⁰ e o Programa Cultura Viva, revela a importância de quatro aspectos inovadores do Programa. O primeiro trata da inversão da lógica da política cultural:

Em vez de se transformarem um balcão de seleção e concessão de financiamentos para grandiosas obras espetacularizadas, o Estado diz quanto pode disponibilizar em recursos financeiros e humanos. Essa alteração na forma de submissão de projetos diminui a assimetria de poderes entre as pequenas comunidades e as grandes produções culturais, patrocinadas por corporações multinacionais interessadas em atrelar sua marca aos grandes acontecimentos do cotidiano nacional (SANTOS, 2011, p. 173).

O segundo aspecto diz respeito ao uso da tecnologia não como uma simples ferramenta, mas como um instrumento que pode ser modificado e adaptado pelos próprios usuários às necessidades específicas de cada comunidade (SANTOS, 2011).

O terceiro refere-se à formação de uma rede horizontal de pontos. Santos (2011) diz que,

à medida que se colocam como sujeitos da mudança e se identificam em torno de uma rede com mais parceiros com objetivos similares aos seus, toda a comunidade do entorno dos pontos acaba se beneficiando. O poder de formação e desenvolvimento de sinergias em rede se torna fundamental para a luta política por seus direitos. A própria horizontalidade do programa facilita a articulação dos atores e uma maior simetria nos fluxos de informações, facilitando a tomada de decisões mais democrática sobre os caminhos que a rede pode tomar para se tornar mais sustentável a médio e longo prazo (SANTOS, 2011, p. 173).

No quarto aspecto, considera-se a transversalidade do tema Cultura, propiciando o investimento e o uso do tema pelo conjunto de vários ministérios. Por fim, na opinião de Santos (2011), com o Programa, o Estado conseguiu distanciar os interesses privados meramente mercadológicos das grandes corporações, valorizando a cultura já existente nas comunidades.

⁹ Entrevista concedida pelo ex-coordenador dos Pontos de Cultura da Secult – CE, realizada por e-mail no dia 22 de março de 2017.

¹⁰Os governos Collor e Fernando Henrique deram continuidade à política de incentivo fiscal para a Cultura. Para aprofundamento sobre as leis de incentivo cultural, verificar Rubim (2007), Barbalho (2007), Cardoso (1998), Sarney (2000), entre outros.

Nesse sentido, a política cultural reconhece os sujeitos de suas práticas, fortalecendo a identidade e possibilitando novas formas de participação na sociedade.

O fato é que o Programa Cultura Viva é um programa exitoso e difunde, cada vez mais, a cultura, respeitando a diversidade e democratizando os bens culturais. A implantação dos Pontos de Cultura pautada numa nova gestão e democracia entre Estado e sociedade fez diferença (TURINO, 2009).

Em outubro de 2015, conforme dados apresentados na tabela 1, o Brasil contava com 4.316 Pontos de Cultura e com 186 Pontões de Cultura. Como pode ser observado, a maior parte dos Pontos e dos Pontões foi implementada durante o Governo do presidente Lula, de 2004 a 2010 – cerca de 3300 Pontos e 155 Pontões (MinC, 2015)¹¹. Entretanto, apesar de ter a atuação da Política Cultura Viva por todo o país, constata-se que a maior parte dos Pontos e dos Pontões de Cultura do Brasil está concentrada na Região Sudeste: 1871 Pontos (aproximadamente 43% do total do país). Na sequência, estão as Regiões Nordeste (1243), Centro-Oeste (484), Sul (465) e Norte (243) (MinC, 2015).¹²

Tabela 1 – Quantidade de Pontos e de Pontões de Cultura no Brasil por ano (2004 – 2015)¹³

ANO DE INÍCIO DE VIGÊNCIA	Nº DE PONTOS	Nº DE PONTÕES
2004	73	0
2005	406	14
2006	86	19
2007	1794	32
2008	481	20
2009	264	38
2010	196	32
2011	206	2
2012	0	5
2013	485	12
2014	325	12
TOTAL	4316	186

Fonte: MinC, 2015.

Conforme dados fornecidos pelo Ministério da Cultura até outubro de 2015, o estado do Ceará, onde fica o município foco desta pesquisa, possuía 260 Pontos de Cultura (200 da rede estadual, quatro da rede municipal e 46 da rede federal) e 10 Pontões de Cultura. Os Pontos de Cultura da rede estadual foram selecionados pela Secretaria de Cultura do Ceará (Secult – CE)

¹¹ Essa informação foi concedida via e-mail, encaminhado em resposta ao e-mail de solicitação desses dados ao Ministério da Cultura (atendimento.scdc@cultura.gov.br).

¹² Idem Nota 11.

¹³ Idem Nota 11.

por meio de dois editais, um lançado em 2008, e o outro, em 2010. Já os Pontos de Cultura da rede municipal estão vinculados à Prefeitura do Município de Sobral. Por fim, os Pontos da rede federal e os Pontões de Cultura foram implementados, via editais, diretamente com o Ministério da Cultura, entre os anos de 2004 e de 2009. Do total de Pontões de Cultura do estado do Ceará, cinco estão localizados na capital, e apenas um está sediado no meio rural – o Pontão de Cultura *Terra viva, terra de arte*, sediado no Assentamento Todos os Santos.

Ressalta-se que, do total de 260 Pontos, apenas 15 estão localizados em Assentamentos Rurais. Desses pontos, 14 são da rede estadual, ou seja, via Secult; oito deles foram implementados pelo Edital I de 2008, e seis foram implantados por meio do Edital II de 2010. Apenas um foi Ponto Direto, via Ministério da Cultura.

História e Cultura do Assentamento Tiracanga: o *Ponto de Cultura Raízes da Terra*

Bergamasco e Norder (1996, p. 9) definem assentamentos rurais, de forma genérica, “como a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais, visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra”. Os autores destacam ainda que os assentamentos remetem à “fixação do trabalhador na agricultura, envolvendo também a disponibilidade de condições adequadas para o uso da terra e o incentivo à organização social e à vida comunitária” (BERGAMASCO; NORDER, 1996, p. 9).

Entretanto, conforme Alencar (2005), mesmo os programas intitulados de *Reforma Agrária*, que usaram a desapropriação por interesse social, não possuem o caráter de provocar ou de induzir alteração na estrutura agrária.

Conforme Leite *et al.* (2004), o assentamento rural deve ser concebido como ponto de chegada e ponto de partida – ponto de chegada, porque representa “possibilidades de mobilidade e de integração social na qual se empenham os diversos movimentos sociais rurais, no processo de luta pela posse pela terra” (LEITE *et al.*, 2004); e ponto de partida, devido ao fato de o trabalhador rural beneficiado estar numa situação já diferenciada e iniciar uma nova vida, com implementação de projetos tecno-produtivos e de novas relações sociais com assentados e associação, inserindo-se, assim, num novo panorama de disputas visando à sua reprodução (inclusive na sua relação com o Estado).

O Assentamento Tiracanga, área do estudo aqui relatado, originou-se da Fazenda Tiracanga, com 2.400 hectares, propriedade de Joaquim Newton Burlarmaqui. Em meados da

década de 1980, mesmo o proprietário tendo oferecido a fazenda para o Programa de Reforma Agrária, o processo de desapropriação caminhava vagarosamente há mais de um ano, tanto pelo excesso de burocracia do Incra, quanto pela discordância entre o proprietário e o MIRAD do Ceará em relação aos valores das benfeitorias e da terra (SILVA, 2010).

O processo de luta pela terra do Assentamento Tiracanga foi realizado pelos camponeses da Comunidade da Lajinha na Fazenda Tiracanga. Em junho de 1986, eles foram trabalhar no território hoje denominado Assentamento Transval (na época também propriedade privada), sem autorização do proprietário, e permaneceram trabalhando lá, gerando um conflito entre o proprietário da terra e os trabalhadores rurais. Como consequência, houve a prisão de dez agricultores na delegacia de Canindé durante 37 dias. Após algumas propostas não aceitas e uma longa negociação com o Incra, em setembro de 1989, os trabalhadores fizeram um acordo de serem assentados na Fazenda Tiracanga, nas proximidades do Transval, onde já existia a intenção de desapropriação.

Silva (2010) aponta que a experiência desse grupo foi pautada em valores de igualdade e de ajuda mútua. No decorrer do tempo, eles foram se tornando sujeitos em sua própria luta, e a modificação da sua situação de vida passou diretamente por suas ações. Isso foi perceptível a partir do momento em que se recusaram a sair da sua região de origem para serem assentados em outra região. A imissão de posse ocorreu em dezembro de 1989¹⁴. Em 2016, encontravam-se cadastradas 57 famílias no Assentamento Tiracanga.

O Assentamento Tiracanga é composto juridicamente por duas associações: a Associação do Assentamento Tiracanga I, que tem suas reuniões e assembleias na Casa Sede, e a Associação dos Trabalhadores Rurais do Tiracanga II, que se reúne na Casa de Cultura.

O assentamento possui cerca de 76 casas, das quais 57 são de famílias cadastradas no Incra e 19 são de famílias de agregados. Do total das casas, quatro têm a função de pequenos comércios que vendem produtos como refrigerante, biscoitos, sabão, etc.. A maioria das casas é rodeada por cercas e possui cisternas e quintais produtivos. Os quintais produtivos são uma extensão das casas, onde os agricultores cultivam uma combinação de espécies frutíferas,

¹⁴ O “Assentamento Tiracanga” juntamente com o “Assentamento Logradouro”, apesar de serem territórios distintos e terem histórias diferentes, conforme o Incra compõem o Assentamento Tiracanga Logradouro, pois antes da desapropriação pertencia a um único proprietário. Nesta pesquisa o recorte é somente o “Assentamento Tiracanga”.

hortaliças e plantas medicinais, geralmente associadas à criação de animais de pequeno e de médio porte, como galinhas, carneiros e bodes.

Os locais de uso coletivo são uma escola do Ensino Infantil e Fundamental, uma Igreja Evangélica, uma Casa Sede, a Casa de Cultura, dois campos de futebol e três açudes. A área do assentamento é atendida pela rede de energia elétrica, por água encanada em parte das casas e por um telefone público (“orelhão”). Não há iluminação pública, e o local não é totalmente coberto pelas operadoras de celular (na maioria das vezes, são necessárias antenas privadas).

De acordo com o Plano de Recuperação do Assentamento (2007), o assentamento está dividido em 57 parcelas, e o tamanho das parcelas varia entre 21 e 23 hectares. Essas áreas são de uso para a agricultura e para a criação de animais. No período chuvoso, são cultivados, principalmente, feijão, milho, melancia, pepino, jerimum, algodão e mamona. Nessa área e na área de Reserva Legal, é desenvolvida também a pecuária extensiva (INCRA, 2007).

Compreende-se que o modo camponês de fazer agricultura não está separado do modo de viver da família. A agricultura camponesa comporta, na sua concepção, a peculiaridade camponesa e a construção da sua autonomia relacionada aos capitais. Isso agrega uma expectativa maior de fortalecimento dos camponeses pela asseveração de seu modo de produzir e de viver, sem, com isso, recusar a modernidade (CARVALHO; COSTA, 2012).

Em 2003, a partir das reuniões de Crisma, em meio a desafios, dentre os quais a falta de credibilidade por parte dos próprios pais, nasceu o *Grupo Raízes da Terra*. O grupo é composto por, aproximadamente, 25 jovens filhos(as) de assentados e de assentadas, com idades entre 13 e 30 anos. Esse grupo se destacou por desenvolver atividades voltadas para a dança popular (xote e forró). Seus membros chegaram a realizar algumas peças de teatro, entretanto, devido à afinidade, especializaram-se na dança. A culminância geralmente ocorre no período de festas juninas, quando o grupo apresenta a sua quadrilha ensaiada durante o ano.

Em 2007, devido à grande quantidade de crianças no assentamento e ao interesse delas pelas atividades do *Raízes da Terra*, os participantes do grupo resolveram criar o Grupo *Sementinhas da Terra*, atualmente composto por oito crianças, com idade entre 5 e 12 anos. Geralmente, quando as crianças atingem os 13 anos, elas passam a fazer parte do *Grupo Raízes da Terra*.

As atividades culturais, como a comemoração do aniversário do assentamento, as quadrilhas, o forró, o Carnaval, dentre outras, geralmente são organizadas pela Associação dos

Trabalhadores Rurais do Tiracanga II e pelo *Grupo Raízes da Terra*, mas, mesmo assim, há participação de todos.

Um marco para o Grupo foi a construção da Casa de Cultura Comunitária no assentamento e a aprovação do Projeto *Ponto de Cultura Raízes da Terra*. Ambos foram complementares e resultaram fundamentalmente da parceria entre o *Projeto Arte e Cultura na Reforma Agrária (Pacra)*¹⁵, o *Grupo de Teatro Carrapicho*, as lideranças do Assentamento Todos os Santos, o *Grupo Raízes da Terra* e a Associação dos Trabalhadores Rurais do Tiracanga II.

A Casa de Cultura Comunitária do Tiracanga foi financiada pelo Projeto São José da Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará. A construção da casa findou-se em 2010 e foi o local onde se desenvolveu a maioria das atividades do *Ponto de Cultura Raízes da Terra* (oficinas, palestras, etc.). Desde então, é o local onde são realizadas as atividades do *Grupo Raízes da Terra* e da Associação dos Trabalhadores Rurais do Tiracanga II, firmando-se enquanto *locus* do encontro, onde ocorrem as comemorações, o carnaval, as reuniões, entre outros eventos culturais.

O Projeto *Ponto de Cultura Raízes da Terra* foi aprovado no Edital I dos Pontos de Cultura 2008/2009 da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará. A vigência do projeto foi de 2009 a 2014, tempo em que a Associação dos Trabalhadores Rurais do Tiracanga II recebeu duas parcelas de 120 mil reais (a primeira, em julho de 2009, e a segunda, em setembro de 2010).¹⁶ Esse projeto teve, como objetivo, beneficiar o assentamento e seu entorno com o fortalecimento de sua Cultura, valorizando a autoestima dos moradores do assentamento e gerando oportunidades inovadoras para a juventude rural, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico do assentamento¹⁷.

De acordo com o Plano de Trabalho do Projeto na primeira etapa, com o recurso referente à primeira parcela, foram realizadas as seguintes atividades: constituição de uma

¹⁵ O Pacra é um projeto do Inca, implementado no ano de 2003, na Superintendência Regional do Inca SR02 – Ceará. Foi uma experiência pioneira no país e, atualmente, é reconhecida nacionalmente. O projeto tem como objetivo contribuir para o fortalecimento da cultura popular e criar oportunidades para os jovens assentados, assegurando o respeito à diversidade cultural e integrando a cultura como dimensão do desenvolvimento humano e sustentável (BARROSO, 2005).

¹⁶ O projeto previa o valor de 180 mil, dividido em três parcelas, entretanto a Associação dos Trabalhadores do Assentamento Tiracanga II recebeu apenas as duas primeiras, pois não executou o Plano de Trabalho no tempo previsto. Com isso, parte das metas/atividades não foram realizadas, como a implementação da rede de internet e da rádio comunitária, e a realização de intercâmbios e de outras oficinas.

¹⁷ ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DE TIRACANGA II. **Projeto Ponto de Cultura Raízes da Terra**, 2008.

equipe de coordenação do Ponto de Cultura; elaboração e divulgação da agenda cultural do Ponto de Cultura; aquisição de material de consumo; instalação do centro de multimídias e aquisição de equipamentos; realização do Seminário Arte, Comunicação e Educação; realização de formações continuadas. Já na segunda etapa, referente à segunda parcela do recurso, houve reuniões da equipe de coordenação do Ponto de Cultura; elaboração e divulgação da agenda cultural do Ponto de Cultura; aquisição de material de consumo; aquisição de equipamentos de som e de iluminação e instrumentos musicais; realização de formações continuadas; apresentações culturais no Programa Mais Cultura.

O Quadro 1, a seguir, mostra as formações continuadas, em que se observam as oficinas, o período de realização de cada uma e a quantidade de participantes.

Quadro 1 – Oficinas realizadas no *Ponto de Cultura Raízes da Terra* – 2010 a 2013.

nº	Oficina	Período	Participantes
1	Artes plásticas	abril de 2010	18
2	Confecção de adereços	maio de 2010	24
3	Confecção de figurinos	abril/maio de 2010	27
4	Informática - Módulo I	maio de 2010	18
5	Dança - Danças populares e sociais	abril de 2010	28
6	Literatura	fevereiro/abril de 2011	18
7	Introdução à Dança Contemporânea	abril/maio de 2011	17
8	Montagem do espetáculo de dança	junho/julho de 2012	12
9	Expressão e linguagem corporal	fevereiro/março de 2012	20
10	Informática - Módulo II	outubro de 2012	18
11	Fabricação artesanal de produtos do Nim	outubro de 2012	12
12	Arte e Educação - Módulo I	agosto/setembro de 2011	27
13	Arte e Educação - Módulo II.	novembro/dezembro de 2013	17
14	Percussão	agosto de 2013	21

Fonte: Relatório *Ponto de Cultura Raízes da Terra*, 2013.

A partir das oficinas, foram produzidos figurinos, adereços, cenários, e foram elaborados um roteiro e uma coreografia, resultando no espetáculo intitulado *20 anos sem Gonzaga, 20 anos sem a sanfona de ouro*, apresentado em vários eventos em comunidades e em municípios distintos. O espetáculo citado utiliza canções de Luiz Gonzaga¹⁸, como *Estrada*

¹⁸ Luiz Gonzaga, além de criar um tipo de interpretação e de ritmo, foi pioneiro ao cantar o Nordeste brasileiro, em especial, o sertão. Esse cantor tornou-se conhecido em todo o país, "formou escola". Seu sucesso não teve a conotação de modismo (VIEIRA, 1992).

de Canindé, Ave Maria Sertaneja, Respeita Januário e Pau de arara, e retrata casos cotidianos da realidade de onde os assentados vivem, como os caminhos percorridos nas estradas de Canindé, a força e a fé do povo, um caso de paixão e de namoro no interior, um filho que vai embora para a cidade e volta anos depois para visitar os pais, entre outros temas comuns à vida na região.

De acordo com entrevistas e com diálogos informais com integrantes do grupo, além do conhecimento e da experiência adquiridos, as conquistas foram várias, dentre as quais se destacam:

- a credibilidade e a confiança entre os pais e os moradores do próprio assentamento;
- o reconhecimento e a valorização do grupo artístico, enquanto potencial de Canindé, em diferentes escalas – no assentamento e nas comunidades vizinhas, no município e, até mesmo, no estado;
- o conhecimento especializado na área de Arte e de Cultura, possibilitando o desenvolvimento de atividades para além dos “muros” do assentamento;
- a referência para outros grupos, incentivando-os e motivando-os a se dedicarem na área da arte e da cultura, como o caso do Assentamento Monte Orebe, localizado em Canindé;
- a aquisição de equipamentos de som e de iluminação e instrumentos musicais;
- o fortalecimento das relações entre a juventude do assentamento e a associação;
- a abertura do assentamento para visitação, o qual já recebe, constantemente, visitas de alunos de universidades;
- a valorização da Cultura Camponesa, fortalecendo a identidade dos assentados.

Como desafios encontrados, o grupo apresentou os seguintes pontos:

- a falta de credibilidade inicial por parte dos pais e das pessoas do assentamento;
- a falta de experiência e de informação na execução de projetos (dificuldade na realização de relatórios, na prestação de contas, nas licitações, etc.);
- a não constância de um acompanhamento do órgão responsável (Secult-CE);
- a burocracia e a demora na circulação de informações solicitadas;
- a dificuldade em encontrar empresas com características necessárias para participarem das licitações;

- a baixa mobilização de pessoas para as atividades (como as oficinas e as palestras) desenvolvidas;
- a manutenção do funcionamento da casa de Cultura e o ânimo de seus participantes após finalizados os recursos e o projeto em si.

É importante lembrar que durante a execução do projeto o assentamento contou com a equipe de Assessoria Técnica Extensão Rural (ATER), da ONG Cactus, responsável pelo acompanhamento do Assentamento. Mesmo não sendo específica para fins culturais, contribuiu com orientações e apoio para execução do projeto.

Reitera-se a importância do apoio do Pacra desde a elaboração do projeto até o acompanhamento da execução do Plano de Trabalho, contribuindo na indicação de facilitadores de oficinas e na orientação de prestação de contas. O Pacra, por exemplo, indicou uma contadora, que esteve à disposição em todos os momentos para a Associação e para o grupo.

Com o investimento na área Cultural, o Assentamento Tiracanga passou por transformações imensuráveis, o que marcou a história e a vida dos assentados. Ainda hoje, mesmo o projeto tendo sido finalizado, o grupo se identifica enquanto Ponto de Cultura e continua desenvolvendo as atividades artísticas e culturais, com o diferencial de que, agora, eles têm um espaço apropriado e pessoas capacitadas nas diversas áreas de Arte e de Cultura, com experiência na execução de projetos e com credibilidade nas diferentes esferas (municipal, estadual e federal). Com isso, constata-se que, embora não tenha sido executado na sua totalidade, o Projeto *Ponto de cultura Raízes da Terra* cumpriu seu objetivo, pois a Cultura, enquanto processo, transformou e continua transformando a realidade do assentamento e das pessoas que nele moram.

Considerações Finais

Embora a pesquisa ainda esteja em andamento, já existem alguns apontamentos a serem feitos. A Lei 12.343, o Plano Nacional de Cultura (PNC) e a Política Nacional de Cultura Viva (estabelecida com a sanção da Lei nº 13.018/2014) proporcionaram indiscutivelmente um avanço no desenvolvimento de Políticas Culturais. Entretanto, observou-se, no que diz respeito à distribuição dos Pontos de Cultura, que ocorre uma concentração tanto por região, principalmente na Região Sudeste, quanto na distribuição entre o campo e a cidade,

prevalecendo, sobretudo, no meio urbano. Isso levanta a reflexão de que o fato de não existir uma Política Cultural específica para o campo, como ocorre no caso da Educação do Campo, na maioria das vezes, devido à extensão territorial do país e à sua grande diversidade cultural, acarreta a dificuldade dos camponeses em acessarem essas políticas.

Quando essas políticas chegam ao campo, como no caso do Ponto de Cultura, podem, sim, transformar a realidade dos camponeses, agregando elementos que possivelmente se somarão ao desenvolvimento do assentamento e/ou da comunidade. Uma das conquistas mais ressaltadas é o reconhecimento da existência daqueles sujeitos enquanto produtores de cultura, ou seja, aquele grupo e/ou assentamento deixa de ser “invisível”, e, com isso, a sua autoestima aumenta.

Todavia, assim como os bons frutos, os desafios também existem. No caso do Assentamento Tiracanga, o acesso a essa política cultural, a execução do projeto em si e a superação de parte das dificuldades só foram possíveis, por um lado, devido à dedicação e à persistência dos envolvidos (*Grupo Raízes da Terra e Associação dos Trabalhadores Rurais de Tiracanga II*), e, por outro lado, devido ao suporte do Pacra e ao apoio do *Grupo de Teatro Carrapicho*. Esse apontamento remete à seguinte reflexão: até que ponto os assentados conseguiriam acessar e/ou executar um projeto dessa dimensão sem parceiros? Nesse sentido, ressalta-se a importância da atuação do Pacra nas áreas de assentamentos rurais, o qual, apesar de ser reconhecido nacionalmente, não é regulamentado, não existindo a garantia de capital humano e financeiro suficiente para a realização de suas ações/atividades, gerando uma assistência baseada na boa vontade de alguns servidores do Incra.

De qualquer forma, constata-se que Políticas Culturais impactaram positivamente os assentamentos rurais. Dentre as mudanças no Assentamento Tiracanga, destacam-se a maior participação da juventude em espaços de decisão (assembleias da associação, Comitê Territorial de Cultura, Fórum de Assentados, Reuniões de Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras rurais de Canindé), a maior interação entre pessoas do assentamento nas diferentes faixas etárias e a articulação com outros grupos artísticos. As formações proporcionaram novas oportunidades, como, por exemplo, a participação de alguns jovens no Programa Mais Educação¹⁹ como facilitadores e a seleção de duas integrantes do grupo para serem agentes do

¹⁹ O novo Programa Mais Educação (Canindé) tem o objetivo de contribuir com o processo de requalificar as práticas, os tempos e os espaços educativos, levantando a reflexão sobre o processo educacional como prática educativa vinculada com a própria vida. Esse programa envolve, no debate, gestores, professores, estudantes, funcionários e toda a comunidade escolar. No Assentamento Tiracanga, cinco jovens selecionados que exerceram a função de facilitadores desse programa na escola do assentamento receberam bolsas no período de dez meses;

Programa de Esporte e Lazer do Instituto Federal do Estado do Ceará. Além disso, tais políticas públicas implementadas geraram novas alternativas de geração de renda, como a venda de comidas e de artesanatos nos eventos realizados no assentamento e a venda de produtos do assentamento (artesanato, ovos caipiras, verduras, feijão verde, etc.) quando há visitação no assentamento por outras instituições, como grupos de universidades.

Referências

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Segredos íntimos: a gestão nos assentamentos de reforma agrária**. Fortaleza: Edições UFC, 2000.

_____. **Uma Geografia das Políticas Fundiárias no Estado do Ceará**. 297 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005. 297f.

BARBALHO, Alexandre. Políticas culturais no Brasil: identidade e diversidade sem diferença. In.: RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre (Orgs.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007.

BARROSO, Oswald. **Arte e cultura na construção da reforma agrária**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2005.

_____. **O vasto mundo dos assentados: sertão da tradição**. Fortaleza: Caldeirão das Artes, 2010.

_____. Reisado: um patrimônio da humanidade. In.: SOARES, Igor de Menezes; SILVA, Ítala Byanca Morais da. (Orgs.). **Cultura, política e identidades: Ceará em perspectivas I**. Fortaleza: Iphan, 2015.

BERGAMASCO, S.M., NORDER, L.A.C. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BOGO, Ademar. **Identidade e luta de classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BRANDÃO, C. R. **Casa de escola: cultura camponesa e educação rural**. Campinas: Papirus, 1983.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Emenda constitucional nº48 de 10 de agosto de 2005. Acrescenta o § 3º ao art. 215 da Constituição Federal, instituindo o Plano Nacional de Cultura. Brasília, DF: Senado Federal: 2005.

desses jovens, três exerceram essa função devido ao conhecimento adquirido nas oficinas e nas atividades do Ponto.

BRASIL. Ministério da Cultura. Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural – 2013. **Programa Cultura Viva**. Documento Base, São Paulo, Brasília: Ministério da Cultura, julho de 2013.

BRASIL. Lei 12.343, de 2 de dezembro de 2010. Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências.

BRASIL. Lei 13.018, de 22 de julho de 2014. Institui a Política Nacional Cultura Viva e dá outras providências.

BRASIL. Decreto Lei nº 311 de 2 de Março de 1938. Dispõe sobre a divisão territorial do país e dá outras providências.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Documento de Referência: 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário. Brasília, 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Plano Territorial de Desenvolvimento Rural e Sustentável do Território Sertões de Canindé – PTDRS. Ceará, 2010. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio085.pdf>. Acesso em: fev./2011.

BURKE, Peter. **A Cultura Popular na Idade Moderna** (Europa, 1500-1800). Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1989.

CARDOSO, Fernando Henrique. Prefácio. In: WEFFORT, F.; SOUZA, m. (Org). **Um olhar sobre a cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Funarte, 1998. p. 13-16.

CALEBRE, Lia. Políticas culturais no Brasil: perspectivas e balanços. In.: RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre (Orgs.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. Tradução de Luiz Fugazzola e Margareth de Castro A. Pimenta. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.

CARVALHO, Horácio Martins de; COSTA, Francisco de Assis. Agricultura camponesa. In.: CALDART, R. S. *et al.*(Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 28-34.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico de 2010**. Disponível em: <www.ibge.gov.br/censo2010/resultados_do_censo2010.php> . Acesso em: nov./2011.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Relatório da Pesquisa Avaliativa do Programa Cultura Viva**. Avaliação dos Pontões de Cultura do Programa Cultura Viva. O perfil dos Pontões de Cultura. Os instrumentos de articulação, formação e difusão da Rede de Cultura. Brasília: DISOC/IPEA, 2011.

_____. **Perfil Populacional do Ceará**. V-1. Fortaleza, 2010.

_____. **Perfil Básico Municipal de Canindé**. Governo do Estado do Ceará. 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. SR2. **Plano de Recuperação do Assentamento Logradouro Tiracanga**. ACACE, 2007.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

LEITE, Sérgio *et al.* **Impactos dos assentamentos**: um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília, São Paulo: IICA, Nead, Editora UNESP, 2004.

RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre (Orgs.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In.: RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre (Orgs.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007.

SANTOS, Eduardo Gomes dos. **Formulação de políticas públicas culturais**: as leis de incentivo e o Programa Cultura Viva. In.: BARBOSA DA SILVA, Frederico A. B.; CALABRE, Lia (Orgs.). Pontos de Cultura: olhares sobre o Programa Cultura Viva. Brasília: IPEA, 2011.

SARNEY, José. Incentivo à cultura e sociedade industrial. In.: JELÍN *et al.* **Cultura e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo Nacional de Cultura, 2000. p. 27-44.

SILVA, Luciano Bezerra da. **Reforma Agrária**: A Conquista de Novos Territórios – O Caso do Assentamento Tiracanga Logradouro – Canindé-CE. 132 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010. 132p.

SIMIS, Anita. A política cultural como política pública. In.: RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre (Orgs.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007.

TARDIN, José Maria. Cultura camponesa. In.: CALDART, R. S. *et al.* (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 180-188.

TURINO, Célio. **Ponto de cultura**: o Brasil de baixo para cima. São Paulo: Anita Garibaldi, 2009.

UNESCO. **Constitution of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization**, Londres: UNESCO, 1945.

_____. **Mexico City Declaration on Cultural Policies**. Paris: UNESCO, 1982. Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>> . Acesso em: abr./2016.

WOORTMANN, Klaas. Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral. In.: **Anuário Antropológico**/87, pp. 11-73. Brasília/Rio de Janeiro: Edunb/Tempo Brasileiro, 1990.

VIEIRA, Sulamita. Metáforas do Sertão: linguagens da cultura na música de Luiz Gonzaga. **Rev. C. Sociais**, Fortaleza, V. XXIII/XXIV, nºs 1/2, p. 127-148, 1992/1993.